

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras - 07/04/2025- Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **160 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), em 07/04/2025, sobre "Os direitos das pessoas com deficiência e doenças raras". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores no debate sobre soluções para as crescentes violações de direitos contra pessoas com deficiência.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 160

Temas principais

1. Acesso à Saúde (40%): Este foi o tema mais recorrente, com participantes expressando dificuldades no acesso a tratamentos, medicamentos (especialmente os de alto custo e para doenças raras), diagnósticos precoces e atendimento especializado no SUS. A judicialização da saúde foi apontada como um caminho frequente, mas indesejável. A necessidade de ampliar a rede de centros de referência e melhorar a distribuição de medicamentos foi enfatizada.

Exemplo: "Como ampliar a rede de centros de referência e garantir distribuição equitativa de medicamentos para doenças raras em todo o país?" Hanna - GO

2. Legislação e Políticas Públicas (25%): Muitos participantes questionaram a efetividade da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e outras legislações, apontando para a necessidade de revisão e atualização para garantir o cumprimento dos direitos na prática. A importância de políticas públicas específicas para doenças raras e a necessidade de maior articulação entre União, estados e municípios foram levantadas.

Exemplo: "A aprovação do PL do Estatuto da Pessoa com Doenças Crônicas Complexas e Raras pode reduzir a violação dos direitos destas pessoas?" Fabricio- MG

3. Inclusão e Acessibilidade (15%): Este tema abrangeu questões relacionadas à inclusão escolar e profissional, acessibilidade em serviços públicos e privados, e a necessidade de combater o preconceito e a discriminação. A importância de garantir a acessibilidade em comunidades retiradas, como ribeirinhos e quilombolas, também foi mencionada.

Exemplo: "Como preparar a rede pública para receber e educar pessoas com deficiências visuais, deficiências motoras ou de outros tipos?..." (Andressa - RS)

4. Direitos e Benefícios (10%): Os participantes expressaram preocupação com a falta de acesso a benefícios como isenção de impostos, aposentadoria diferenciada e auxílio-doença. A necessidade de reconhecimento de algumas condições (como fibromialgia) como deficiência e a urgência na aprovação de projetos de lei relacionados foram mencionadas.

Exemplo: "O que os senadores farão para portadores de fibromialgia terem acesso a tratamento digno no SUS e reconhecimento de PCD pelo estado de SP?" (Carmelita- SP)

5. Violência e Proteção (10%): A necessidade de garantir proteção contra a violência, especialmente a doméstica, e de combater a invisibilidade da violência contra pessoas com deficiência foi levantada. A importância de criar mecanismos de denúncia efetivos e de responsabilizar os agressores foi enfatizada.

Exemplo: "Quais ações urgentes podem garantir proteção contra a violência e acesso a direitos para pessoas com deficiência e doenças raras?" (Joyce- ES)

Em conclusão, as participações dos cidadãos na audiência pública revelam uma profunda preocupação com a efetiva garantia dos direitos das pessoas com deficiência e doenças raras. Os principais temas abordados – acesso à saúde, legislação, inclusão, apoio governamental e questões específicas – apontam para uma lacuna entre a teoria legal e a prática. Há um forte clamor por ações concretas do poder público para melhorar o acesso a tratamentos, fortalecer a inclusão social, ampliar o conhecimento sobre os direitos e aumentar o apoio financeiro e estrutural, demonstrando a urgência em transformar as leis em realidade para essa população.



Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33240>